



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3^a Sessão Legislativa
da 11^a Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 12 DE ABRIL DE 2005

N.º 3410

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

DINHA CARVALHO
2^a Vice- Presidenta

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão

BPM - Elson Santiago

BSC - José Luis

PL - Hélio Lopes

PMDB - Antônia Sales

PSDB - Luiz Gonzaga

PFL - José Vieira

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PSC - Nogueira Lima

PPS - Tarcísio Medeiros

PTB - Roberto Filho

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe.

Valmir Figueiredo, Ronald Polanco e
Taumaturgo Lima.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago,
Moisés Diniz e Sérgio Oliveira.

BSC - Delorgem Campos, Francisco Viga e
José Luís.

PL - Hélio Lopes e Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales e Chagas Romão.

PSDB - Luiz Gonzaga e Helder Paiva.

PFL - José Vieira.

PP - José Bestene.

PDT- Luiz Calixto.

PTB - Roberto Filho.

PSC - Nogueira Lima.

PPS - Tarcísio Medeiros.

**21ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO
 LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 12 de abril de 2005

Presidência: Deputados SÉRGIO OLIVEIRA e DELORGEM CAMPOS

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA do PSDB; HÉLIO LOPES do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; ROBERTO FILHO do PTB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: Deputados HELDER PAIVA do PSDB; DINHA CARVALHO do PL; NOGUEIRA LIMA do PSC.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e, dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Projeto de Lei N. 20/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Roberto Filho, no qual “As Casas Bancárias, públicas ou privadas, em atividade no Estado do Acre deverão se adequar ao atendimento ao público, no prazo máximo de 120 dias”;

Projeto de Lei N. 26/2005, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, o qual “Institui a distribuição gratuita de medicamentos de controle a pacientes com problemas renais que necessitam ser submetidos à hemodiálise no âmbito da Secretaria de Estado de saúde do Acre”;

Projeto de Lei N. 27/2005, de autoria da Mesa Diretora, o qual “Altera o art. 16 da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004”;

Mensagem N. 696/2005, do Governador Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n. 22/2005, de autoria do Poder Executivo;

Mensagem n. 697/2005, do Governador Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n. 17/2005, de autoria do Poder Executivo;

Mensagem n. 699/2005, do Governador Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n. 21/2005, de autoria do Poder Executivo;

Mensagem N. 700/2005, do Governador Jorge Viana, encaminhando Projeto de Lei Complementar N. 03, o qual “Altera o Art. 40 da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999”;

Mensagem n. 701/2005, do Governador Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei N. 23/2005, de autoria do Poder Executivo;

Mensagem n. 702/2005, do Governador Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n. 24/2005, de autoria do Poder Executivo;

MEM/SPOF/N. 17/2005, do Subsecretário de Planejamento Orçamentos e Finanças, Aluísio Rocha da Silva, encaminhando a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, relativa ao exercício financeiro de 2004;

OF/CIRC/SEFAZ/GABIN/N. 4/2005, do Secretário de Estado da Fazenda e Gestão Pública, Orlando Sabino da Costa Filho, informando que foi nomeado pelo Governador Jorge Viana, para o Cargo de Secretário de Estado da Fazenda e Gestão Pública;

OF. CFP/N. 62/2005, da diretora do CFP Cel. Áuton Furtado, Solange Maria Chalub B. Teixeira, informando que estará realizando uma palestra sobre Inovação e Informação Tecnológica, no Auditório do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC, e que o custo será 1 Kg de alimento não perecível, enviando, também, folder com maiores informações;

OF/GAB/PGJ/ N. 182/2005, do Procurador-Geral de Justiça, em exercício, Edmar de Azevedo Monteiro Filho, solicitando a realização de uma Sessão solene Conjunta no Plenário desta Casa Legislativa para Instalação da Promotoria Especializada de Conflitos Agrários, no dia 26 de abril de 2005, às 9 horas;

Indicação N. 30/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado – TCE, que a Escola de contas promova cursos de capacitação aos Gestores Municipais: prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais;

Indicação N. 31/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para que a Escola do Legislativo promova cursos de capacitação aos membros das Mesas diretoras das Câmaras dos municípios acreanos, sobre o Processo Legislativo, a Lei de Responsabilidade Fiscal e Administração em Geral;

Moção de Aplauso N. 7/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado José Luís, o qual manifesta “Moção de Aplauso à Juíza Maria Tapajós Sant’ana Areal”.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Suspendemos a presente Sessão por cinco minutos. (PAUSA)
 Está reaberta a Sessão.

Pequeno Expediente

Deputado **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, na semana passada eu e alguns Deputados fomos procurados pela vice-Prefeita de Sena Madureira, a companheira Vânia Pinheiro, e eu, sinceramente, fui tocada pela sua preocupação, pois não vejo muito essa preocupação por parte dos gestores, trata-se de questão do alcoolismo em Sena Madureira. E esse assunto precisa ser discutido.

Inclusive, na ocasião, eu conversei com a Vânia e disse que essa problemática do alcoolismo não acontece só em Sena Madureira, mas no Jordão, Feijó, e vários outros municípios do nosso Estado.

Na minha família, têm casos de tios meus com 43, 44, 45 anos, idade muito próxima da minha, os quais já passaram da fase da cachaça e estão literalmente na fase do álcool da tampa azul. Então a preocupação da Vânia é muito séria, precisamos debater esse assunto com muita seriedade. Portanto quero parabenizar a vice-Prefeita de Sena Madureira, porque uma gestora preocupada com essa situação nos comove, porque essa situação é decorrente da falta de emprego, de lazer, de oportunidade, de educação, de saúde e de várias outras questões.

Preocupada com isso estou apresentando um requerimento pedindo uma audiência pública com a participação de entidades como Apadec, Arco-íris e outras. Estaremos discutindo com quem realmente conhece esse tema. Como é a abordagem, quais são os modos de discutir e quais as iniciativas que nós temos no nosso Estado para combater o problema. O que não dá é para continuarmos encontrando situações como as que vi, segunda-feira, em Sena e em vários outros municípios.

Deputado Chagas Romão, na segunda-feira, a gente vê vários homens e mulheres nos bares. A situação é tão complicada que pessoas que estão numa época da vida que poderia ser produtiva, estão nos bares.

Deputado Pe. Valmir é uma pessoa determinante nessa audiência, já que no Município de Feijó, combateu de frente essa

questão, porque ele saía da igreja e ia fazer pregação na frente dos bares. Feijó é um lugar extremamente complicado quanto a essa questão do alcoolismo. Então, quero agradecer a Vânia, pela sensibilidade de ver esses problemas.

De 2002 para cá, as consequências desses vícios aumentaram muito; foram 67 suicídios só aqui no Acre e muitos estão ligados ao alcoolismo e a depressão, que é outra consequência do alcoolismo.

Quem for na Delegacia da Mulher hoje, vai ver que 99% das ocorrências na Delegacia da Mulher estão ligadas a problema de alcoolismo, e ocorrem principalmente nos finais de semana, quando o homem enche a cara e pratica atos de violência contra a sua companheira.

Quero me colocar à disposição e sei que todos os Deputados e Deputadas aqui da Assembléia, vão estar apoiando o Prefeito Nilson e a vice-Prefeita Vânia nessa questão que tem atingido os Municípios de Sena, Jordão, Feijó, Thaumaturgo, e os demais municípios.

Gostaria, portanto de parabenizar, em nome da Assembléia Legislativa, a vice-Prefeita por essa iniciativa e dizer que eu estou apresentando Requerimento para que possamos realizar a nossa audiência pública.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Servidores, gostaria inicialmente de agradecer os gestos de solidariedade pelo falecimento do meu pai.

Senhor Presidente, eu vou apresentar um Anteprojeto de uma lei que já foi implantada em vários países do mundo e agora começa a ser debatida em alguns Estados da nossa Federação. Trata-se da distribuição de livros aos policiais militares, onde cada policial terá direito a um livro por mês, abordando temas humanistas e a legislação do País e a cada 90 dias o policial passará por uma avaliação sobre os temas estudados.

O Estado do Acre, talvez não seja o primeiro, mas será um dos primeiros a tomar providências a esse respeito, pois além de cuidar das necessidades essenciais do policial militar, também cuidará da alma das pessoas.

Em menos de uma semana, dois policiais militares se suicidaram e ninguém falou que o problema era financeiro, mas sim familiar. Hoje virou brincadeira, se alguém se suicida, já dizem logo que pegou chifre. As pessoas não conseguem mais olhar para dentro de sua própria alma.

O policial militar é diferente do professor e do enfermeiro, pois ele trabalha com medo. Ele trabalha sobre pressão, às vezes, ele passa oito horas no trabalho, como o professor, como o enfermeiro, porém ele está ali apreensivo, aguardando a qualquer momento uma situação que possa levá-lo a morte. Ele fica sete horas no posto policial, esperando uma ocorrência, muitas vezes tem que enfrentar um marginal, que está com uma arma mil vezes mais potente do que a dele. O Deputado Luiz Calixto conhece o interior, onde os policiais ficam sentados aguardando as ocorrências. E se passarmos nos bairros da nossa capital lá estão também, nos seus postos sentados jogando conversa fora, quando poderiam estar alimentando o espírito, cuidando da sua alma.

Portanto, para reforçar essa proposta quero ler o que diz Nietzsche: "Quem quer que lute com monstros, deve cuidar, para que no processo, não se torne um deles". Então, o policial militar convive no dia-a-dia com a pior das misérias humanas, que é a prostituição, o roubo, o assassinato e o tráfico de drogas. Portanto, ele precisa estar preparado mentalmente com bons livros, de boas histórias, romances e textos que alimentem sua alma. Segundo Susan San a "Literatura nos educa sobre a vida, alarga o sentido das possibilidades, do que é a natureza humana, do que acontece no mundo, e é criadora de vida interior". Acredito que a partir dessa Lei nós teremos policiais militares e civis melhores, mais humanos, mais tranquilos, mais felizes com a vida.

O Governo não gastará nem 60 mil reais a cada cinco anos, porque temos três mil policiais, onde cada um deles fará a leitura de um livro por mês e até aquele primeiro policial ler o último livro, ele já estará indo, inclusive, para a reserva. Portanto, é um investimento no ser humano e eu acredito que o Governo vai aprovar esse projeto que ajudará a cuidar mais da alma do policial militar.

Senhor Presidente, eu estou apresentando, aqui, em meu nome e dos Deputados Juarez Leitão, Líder do PT Pe. Valmir e deste Deputado que vos fala um Requerimento pedindo o adiamento do concurso para Técnico Agro-florestal, pois nós queremos que o Governo do Estado adie por mais trinta dias e discuta conosco qual a explicação para a distribuição de vagas nos municípios. Segundo o edital do concurso a distribuição de vagas, por curso e por regional do Estado, deu-se em consonância com as políticas públicas de desenvolvimento social e econômico do plano de Governo. E coloca para Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri, que tenho o maior respeito pelos companheiros de lá, trinta e cinco vagas, e coloca para Tarauacá, Feijó e Jordão, apenas quatro vagas. E para Rio Branco 58 vagas. Portanto, nós queremos saber qual o verdadeiro critério para que Tarauacá, Feijó e Jordão fiquem apenas com quatro vagas para esse curso técnico na área florestal.

Nós estamos sugerindo o adiamento do concurso e que o Secretário de Educação nos convide, junto com a comissão de educação, para discutirmos esse assunto.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu também participei de uma breve conversa com a vice-Prefeita de Sena Madureira, a ex-Vereadora, atuante, Vânia Pinheiro, ocasião em que ela demonstrou a sua preocupação e indignação com relação a taxa de alcoolismo que ela verificou e presenciou nas suas andanças pelos rios do município de Sena Madureira.

Eu quero dizer a atuante vice-Prefeita que essas taxas, infelizmente, não são privilégio apenas do Município de Sena Madureira, nem dos ribeirinhos que moram às margens do Macaú, Iaco, Caeté e de tantos outros rios que compõem a Bacia do Purus. Infelizmente, a taxa de alcoolismo, e estamos falando do álcool mesmo, da tampinha azul, é verificado em todo o Estado, inclusive, nos ramais que estão próximos de nós. Ela se constata nos rios do Juruá de Tarauacá, Envira, nos rios do Alto Acre e Baixo Acre.

É preciso que nós investiguemos, que nós nos debrucemos sobre as verdadeiras causas desta ocorrência. Ora, as pessoas não estão tomando álcool, as pessoas não estão se encaminhando para a destruição apenas pelo vício, apenas pelo prazer momentâneo que alguém tem ao beber. As pessoas neste Estado, Deputado José Luis, estão caminhando para a destruição. Por falta de uma política de desenvolvimento para este Estado. Muitas famílias, especialmente os jovens, estão se degradando. Qualquer um de nós que dedicar uma parcela do seu tempo para visitar as periferias, para subir ou descer os nossos rios, andar nos nossos ramais, verá que há muito tempo este Governo faliu, não tem um rumo para o Acre. E a taxa de alcoolismo é apenas uma das mazelas deste Estado.

Eu trouxe aqui os dados que estão no site do IPERA, e convidou os nobres jornalistas dos jornais Página 20, Gazeta e Tribuna, a acessarem o referido site e verem a quantas anda a taxa de homicídio no nosso Estado. No conjunto dos Estados da região Norte, meu querido amigo Deputado Francisco Viga, o Acre vergonhosamente, infelizmente, é o que detém o maior aumento na taxa de homicídios no período de 1999 a 2002. Neste Estado, onde a Imprensa não tem liberdade, não se pode divulgar o que quer e o que está verdadeiramente ocorrendo no nosso Estado. O Governo tenta acalmar a febre que tomou conta da nossa sociedade, colocando o termômetro na geladeira, escondendo, manipulando dados que só nos envergonham.

A taxa de analfabetismo neste Estado é alta, assim como as de homicídios e alcoolismo; e a pior de todas, a que leva a todos esses fatores, segundo os dados do Ministério do Trabalho, dirigido

pelo PT, é a do desemprego. Há informações de que o Acre é o único Estado do Brasil onde o índice de desemprego não tem diminuído, ao contrário tem aumentado.

Deputado Moisés Diniz, o Governo falseia as informações quando diz que distribui vagas para os concursos, em razão de um plano de Governo. Que plano? Que desenvolvimento é esse que não gera emprego, que aumenta a violência, que aumenta a taxa de homicídios, que não dá oportunidade às pessoas, onde as empresas fecham?

Então, Senhor Presidente, nós temos que fazer um debate procurando as raízes desse problema. Convocando as pessoas que têm a responsabilidade de dirigir este Estado e o fazem apenas pela televisão, tentando mascarar, manipular e esconder, Deputado Tarcísio Medeiros, aquilo que a nossa sociedade está vivendo e que os nossos jovens estão sofrendo.

Para finalizar, Senhor Presidente, a Secretaria da Juventude abriu a possibilidade de oferecer cursos para 925 jovens e as filas já ultrapassaram a casa dos oito mil jovens; isso revela a verdadeira fragilidade dessa administração.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, em primeiro lugar quero parabenizá-la V. Ex^a Deputada Naluh e também a vice-Prefeita de Sena Madureira, por abordarem a questão do alcoolismo, que é um assunto de saúde pública. Realmente, não é um privilégio apenas de Sena Madureira, o Deputado Pe. Valmir fez um excelente trabalho nesta área nos Municípios de Feijó e Tarauacá. E, eu que conheço muito os barrancos, onde tomei alguns cabeças azuis, o Deputado Edvaldo também está dizendo que é uma realidade e precisa que a Secretaria de Saúde se preocupe com essa situação.

Quero também parabenizar os companheiros que representam a Assembléia Legislativa e que se deslocaram até Sena Madureira para fazer o debate, como já fizemos no Município de Tarauacá sobre a questão de interiorização dos cursos da Universidade. Precisamos saber o que se diz é verdade, que se mede a capacidade de uma nação pelo conhecimento de seu povo. Realmente, tem existido nos últimos anos, em que pese todas as dificuldades, o esforço do Governo do Estado em parceria com a Universidade, e a Prefeitura para qualificar vários professores que já estão formados e outros prestes a se formar, e que levarão a melhor qualidade de Ensino à Educação em nosso Estado. Estão de parabéns a Universidade Federal do Acre e a Assembléia Legislativa por incorporarem e chamar para si essa discussão sobre o Ensino, a Aprendizagem e a busca do Conhecimento.

E quero, também, Deputado Moisés Diniz, levar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, os nossos pêsames pelo falecimento do seu pai e pedir que nesse momento, Deus lhe dê forças para que possa superar esse momento de dificuldade. Graças a Deus, tenho a felicidade de ter pai e mãe vivos. Recentemente, o meu pai submetido a uma cirurgia e por conta dessa cirurgia eu não pude viajar para o Município de Jordão, porque ele estava com alguns problemas. Já perdi um filho quando esse tinha um ano, eu sei o que é perder um ente querido.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesse Grande Expediente quero discutir acerca da votação que teremos hoje, da lei que dispõe sobre os salários de Diretores de escolas deste Estado.

Mas antes de entrar nesta questão, eu gostaria de manifestar meu apoio a proposta do Deputado Moisés Diniz, e sugerir que V. Ex^a peça à Deputada Naluh Gouveia, que é Presidenta da Comissão de Educação, aqui da Assembléia, que oficie o responsável pelo Ensino Técnico da Secretaria de Estado de Educação, o

companheiro Irailton, para que ele possa, amanhã vir à Assembléia para juntamente com a Comissão de Educação discutir essa questão da seleção para as vagas de Técnicos Agroflorestais. Concordo com V. Ex^a quando diz que os critérios, da forma como estão estabelecidos, não estão devidamente claros e convincentes.

Esta Assembléia votará, hoje, em caráter de urgência urgentíssima, como está escrito no projeto, a lei que reorganiza a remuneração dos nossos gestores escolares. Faço esse comentário para que fique registrado nos Anais, porque considero esse Projeto de Lei uma grande conquista para os Diretores de escolas.

Num passado não muito distante, Senhores Deputados, os nossos Diretores de escolas, além de assumirem uma carga enorme de responsabilidades de ensino, quando o seu salário atrasava, recebiam uma remuneração bem a quem da necessária.

Fui eu o autor do Projeto de Lei que garantiu a gestão democrática em 1997; a primeira versão garantiu que a democracia pudesse começar a ser exercida no interior das escolas, mas a comunidade escolar tinha direito apenas de eleger o Diretor, o que já era uma grande conquista. Já no Governo da Frente Popular, estabeleceu-se uma lei que garantiu a autonomia financeira para as unidades de ensino, outra vitória importante. Os Parlamentares são testemunhas disso, pois muitos participaram de festas juninas promovidas pelas escolas, para arrecadar algum dinheiro, para que a direção da escola pudesse comprar uma resma de papel, a fim de realizar um teste com os alunos; trocar algumas lâmpadas, comprar um detergente ou outro material de limpeza, e até papel higiênico.

Mas esse tempo acabou no Acre, nenhuma escola no nosso Estado há muito tempo precisa fazer esse tipo de promoção para trocar uma lâmpada, para limpar a escola, comprar pano de chão, vassoura, etc; para manter as mínimas condições de funcionamento das unidades de ensino, porque o nosso Governo, através do programa dinheiro direto na escola, garante a autonomia financeira, e na semana passada nós votamos uma lei que desburocratiza ainda mais a utilização desse recurso, porque antes era necessário que a escola fizesse algum convênio. Agora não, o dinheiro vai direto para a escola.

Nós demos um passo a mais na garantia da autonomia das unidades de ensino, e hoje nós estamos votando, aqui, num Projeto de Lei que garante que um Diretor de uma escola, que tenha de cento e um a novecentos alunos, receba uma remuneração de R\$ 3.500,00. Não estou querendo dizer que esta é a remuneração dos sonhos, mas nenhum outro lugar desse País paga esse salário e esta lei procura corrigir as distorções, e aproximar a remuneração dos conjuntos das responsabilidades que esses gestores têm. Até hoje, apenas 25% dos gestores deste Estado têm mais de um vínculo empregatício e apesar de ter as mesmas responsabilidades, aquele que tinha apenas um, ganhava bem menos.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT - EM APARTE) – Eu pedi uma cópia deste Projeto de Lei e estava lendo há pouco. Na greve da Educação nós já tínhamos colocado essa questão dos Diretores. Nós especificamos cada caso e pedia uma imediata definição da Secretaria de Educação, principalmente com relação aos Diretores de escolas da Zona Rural, e estou vendo que, novamente, não está aqui. A minha preocupação é justamente esse ponto. Durante as negociações ficou decidido que o mês de março seria o mês em que fecharíamos as propostas e os acordos têm que ser cumpridos, mas novamente esses gestores vão ficar a espera. Sinceramente, eu não sei o que houve, inclusive eu fico muito triste, porque eu comungo com todos esses avanços que o Senhor está dizendo. Se tem algo que eu comungo é em relação aos avanços que nós queremos na área da Educação, mas, infelizmente, nós passamos quatro anos depois que a Lei foi aprovada para estabelecer esses critérios todavia estamos deixando a desejar na questão da zona rural. Ainda existem Diretores fazendo merenda ou dando aula. Ainda temos diretores da zona rural nas piores condições. Então, eu queria saber do Senhor, enquanto Líder do Governo e como pessoa que está mediando essa questão, como estar a questão dos Diretores da zona rural?

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Existe o debate, inclusive, tanto com o CODEP, quanto com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, sobre algumas escolas da Zona Rural que não atingem os 101 alunos, para que seus Diretores possam também ser melhor remunerados, tendo em vista que são os responsáveis pela escola, e como tal acabam sendo o merendeiro, ou a merendeira, etc. Esse acordo está prestes a sair também, em um outro Projeto de Lei, Deputada Nalu Gouveia.

Esse Projeto que nós vamos votar hoje, também atinge a zona rural; com esse crescimento do número de alunos matriculados, nós temos, hoje, em torno de quarenta escolas rurais que têm acima de 101 alunos. Muitos Diretores de escolas rurais já estão contemplados neste Projeto, porém essa questão mais específica das unidades de ensino que têm menos de cem alunos e que o Diretor é uma espécie de faz tudo, ainda está no processo de negociação e nós esperamos fazer um bom acordo em breve.

Mas, Senhor Presidente, voltando aqui ao pronunciamento inicial, eu queria fazer este registro; acho que hoje a Assembléia vai está fazendo justiça a 234 Diretores, dos quais a maioria é composta por mulheres, que são responsáveis pela gestão, pela boa condução do processo administrativo, político e pedagógico no interior das escolas, e que com a aprovação dessa lei terão condições de melhorar e muito a sua qualidade de vida e a sua sobrevivência. Não é qualquer coisa não! Um diretor de uma escola com pouco mais de 100 alunos receber uma remuneração de R\$ 3.500,00, é um gesto da Secretaria de Educação, que num processo de diálogo e negociação intensa com os sindicatos e colegiado de Diretores, fez com que pudéssemos sonhar com a melhoria da qualidade do ensino aqui no Estado do Acre.

(Sem revisão do orador)

Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores na galeria, membros da Imprensa, nós já ouvimos vários discursos aqui e um dos mais polêmicos foi o que trata sobre a questão do alcoolismo. Realmente o alcoolismo contribui muito para a perda social do cidadão. Mas também não é só o alcoolismo; temos visto muitos outros motivos que estão levando as pessoas ao suicídio. Muitos fatores têm contribuído para o desajuste social e um deles é o baixo salário e o desemprego. Então, tudo isso contribui para que um cidadão que não está muito equilibrado, que está frágil, chegue ao desespero e cometa uma loucura, como o suicídio.

Quero, em nome do PMDB, registrar o nosso pesar pela morte do pai do Deputado Moisés Diniz. Outra questão muito importante, que quero frisar, é sobre a Previdência Social, pois está previsto a cobrança de impostos para aposentados, assalariados e funcionários. Muitas vezes o percentual do aumento parece insignificante, algo em torno de 3%, mas quando menos se espera, os salários estão mais baixos.

Então, nós temos que estar muito atentos a esta questão. Ver como isso vai repercutir com os aposentados, com os funcionários, porque nós temos alguns administradores que gostam de cobrar impostos. É uma coisa impressionante e isso também está contribuindo para que o povo acreano fique mais pobre.

Em São Paulo, a Prefeita do PT pegou até o apelido de Marta Taxa, porque tudo com ela era taxado. Certa ocasião queria cobrar até uma taxa de chuva. Hoje, o Governo de São Paulo está diminuindo os impostos. Então, eu acho que ele está no caminho certo. Mas será o aumento dos impostos que trará uma vida social condigna ao cidadão? Ele precisa ter emprego e uma renda suficiente.

Então, vamos ficar atentos, porque o PMDB do Acre não vai votar nenhuma matéria para cobrar imposto dos municípios, dos contribuintes, porque sabemos que os impostos já estão muito altos. Conversamos com o Deputado Federal João Correia, ontem, e ele foi muito firme no seu posicionamento. Em outra ocasião ele foi o único Deputado do Acre que votou a favor de um salário mínimo mais alto.

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 46/2005, de autoria dos Deputados Moisés Diniz do PC do B, Juarez Leitão e Pe. Valmir Figueiredo do PT, “Solicitando ao Secretário de Estado da Educação, o adiamento, por mais trinta dias, do concurso para Técnicos (Edital de Inscrições n. 001/2005)”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 15 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 43/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando ao Superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para no prazo regimental, prestar as seguintes informações: 1. Quantas concessões de Rádio em Freqüência Modulada – FM existem atualmente no Estado do Acre; 2. Endereço em Mhz de freqüência e alcance pôr município; 3. Quais os procedimentos e pré-requisitos para a instalação de Rádio Comunitária nos municípios acreanos; 4. Freqüência e alcance do serviço de comunicação via rádio no Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 15 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 42/2005, de autoria da Deputada Nalu Gouveia, “Solicitando a este Poder, o agendamento da Sessão Solene em homenagem aos 25 (vinte e cinco) anos de existência do Partido dos Trabalhadores PT”.

Em discussão, usaram da palavra:

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente eu estou apresentando este Requerimento para que possamos realizar uma Sessão Solene em homenagem aos 14 anos do PT e peço que os Deputados e a Deputada Antonia Sales votem a favor. Eu acho que qualquer partido tem uma história e uma dedicação ao nosso Estado, ao nosso País e à nossa Democracia, por isso eu gostaria que V. Ex^as. aprovasssem e que fizéssemos uma festa bonita. Inclusive podemos fazer em comemoração aos 85 anos do PC do B, como também ao glorioso PMDB; lembrei agora do João Correia que sempre se referia assim ao seu partido. Esses partidos podem ter divergências, mas são partidos que contribuíram decisivamente para a Democracia do nosso país. Podemos ter os nossos problemas, mas não podemos nunca esquecer as participações de Nilson Mourão, “Lhe”, Marina, Célia Pedrina, de vários companheiros e companheiras, que a vida toda se dedicaram desde os primórdios para a construção da Democracia no nosso Estado e no nosso País.

Portanto, mais uma vez peço que os Deputados e as Deputadas votem a favor e que façamos uma bela festa para receber as companheiras e os companheiros do Partido dos Trabalhadores. Já deixaria a sugestão para o Deputado Edvaldo Magalhães. Imagina se conseguíssemos trazer aqui o Pascoal que foi um antigo militante do PC do B, ou a Rita, que ainda militou com codinome. Que histórias bonitas temos para contar dessas companheiras e companheiros. Seria um momento ímpar, quando todos nós nos congratularíamos.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus amigos e amigas que se

encontram na galeria, quero aqui registrar a minha posição favorável ao Requerimento da Deputada Naluh Gouveia, em que solicita o agendamento de uma Sessão Solene, em homenagem aos vinte e cinco anos de existência do Partido dos Trabalhadores, a qual, apesar dos constantes ataques que vem sofrendo por parte de pessoas que, hoje, estão nos mais altos escalões da administração deste País, vem demonstrar, através desse Requerimento, o grande amor que tem pelo PT. Essa Parlamentar, de forma valente e determinada, não deixou que algumas bandeiras de luta do PT, fossem amarradas; não deixou que o sonho de muitos jovens, que querem verdadeiramente mudar este Estado, ficasse pelo caminho.

Acredito que esse será o momento, Deputado Juarez Leitão, Líder do PT, para que alguns Deputados questionem os atuais posicionamentos do PT. Embora seja uma Sessão para prestar homenagens ao partido, creio que algumas incoerências poderão ser suscitadas, como por exemplo: sabe-se que o PT, durante muitos anos, lutou, através dos movimentos sindicais, por liberdade social. Hoje, os neo petistas governistas são os primeiros a censurar a Imprensa do Estado do Acre. Eles não têm a Democracia como a sua luz, o seu farol, mas sim, a perseguição, o medo, o temor. Então, é num momento como esse, Deputada Naluh Gouveia, que nós teremos a oportunidade ímpar de questionar mudanças tão repentinhas que o Partido dos Trabalhadores teve nos últimos anos.

Em 1998, no Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores, fechado em bloco, votou contra a taxação dos servidores inativos. Deputado Tarçisio Medeiros, no mês de maio, iremos votar a mesma lei que foi votada em 1998, no Congresso Nacional, que diz respeito a taxação dos inativos. E vamos cobrar do PT, coerência, visto que se era contra, na época. Por que é que não são agora? Vamos cobrar do PT que sempre pregou a liberdade de imprensa no Acre, e hoje maltrata e persegue àqueles que não se submetem aos caprichos pessoais do Governador.

Deputada Naluh Gouveia, parabéns por esse Requerimento, eu estarei aqui, participando dessa Sessão Solene, tecendo questionamentos a respeito dessas mudanças assim tão repentinhas. Antes os petistas andavam de sandália, hoje são os novos ricos: com carros importados, fazendas, chácaras. Essa será a ocasião oportuna para debatermos a Democracia.

(Sem revisão do orador)

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao invés de criarmos instituições político-partidárias, nós temos é que fortalecer as já existentes. As críticas, os elogios, nesse momento de apreciação do Requerimento da Deputada Naluh Gouveia, em que solicita o agendamento de uma Sessão Solene para homenagear os vinte cinco anos de existência do PT, têm o objetivo de fortalecer algumas pessoas que, historicamente, contribuíram para o crescimento do Partido. O Deputado Luiz Calixto, em seu pronunciamento, teceu comentários a respeito de petistas que antes andavam de sandálias e hoje possuem carros importados, chácaras, fazendas e freqüentam restaurantes da cidade, isso é uma visão paroquial, uma coisa pequena.

Deputado Pe. Valmir, lembro-me uma vez, conversando com algumas pessoas idosas em Brasiléia e elas diziam que antes não conseguiam acumular nada, visto que quem vinha de fora, não permitia que eles vendessem, sequer, a produção da borracha para Belém. Eles tinham que ir para Bolívia. Deputado Luiz Calixto, nós precisamos ter discursos firmes, para fortalecer as estruturas político-partidárias. E não destruir o objetivo da Deputada Naluh Gouveia, em querer fazer aqui uma homenagem ao PT.

Deputado **UIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Polanco, eu comprehendo as razões do seu posicionamento, mas se V. Exa. me permitir, já de inicio, farei uma crítica ao caráter censurador de alguns petistas. Por exemplo: em seu discurso V. Exa. diz que a Sessão Solene será para elogiar algumas personalidades do PT. Ora! Se eles merecerem elogios, que nós o façamos. Agora, eu não me sinto obrigado a tecer elogios a qualquer

petista, que ao longo de sua vida se descaracterizou. Na verdade, talvez um discurso da nossa parte de Oposição, seja para criticar e cobrar as incoerências do PT e fazer com que esse partido se reencontre com a sua história e com o seu papel. Mas eu não considero que o meu discurso faça a política da destruição, meu querido companheiro, Deputado Ronald Polanco. Isso quem faz é o PT, impedindo o debate, não deixando que as opiniões divergentes tenham voz nas emissoras de televisão. Vejam o caso do Deputado Tarçisio Medeiros, ele foi submetido a uma humilhação e este Parlamento não fez nada em sua defesa; sequer enviou uma carta ao diretor de uma Rádio Pública pedindo um espaço. Inclusive, existe uma lei aprovada, de sua autoria, melhorada pelo ex-Deputado Wagner Sales e feita uma consolidação por este Deputado, que dispõe sobre isso. Deputado Ronald Polanco, isso é o que podemos chamar de política de destruição. A TV Aldeia nunca concedeu espaço para uma entrevista a um membro da Oposição. O Senhor concorda com isso? É esse tipo de democracia que o Senhor defende? Então, não é destruição, Deputado Ronald Polanco, é de construção, porque na medida em que a TV Aldeia é financiada com o meu dinheiro deveria ser aberto espaço para todos, visto que todos os meses fica retido na fonte o Imposto de Renda. O Washington Aquino é pago com o nosso dinheiro.

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Senhor Presidente, o objetivo do Requerimento da Deputada Naluh Gouveia é no sentido de fortalecer as instâncias partidárias que conduzem a política. Não vamos discutir no interior de um debate outros assuntos.

Eu assisti, no Congresso Nacional, o registro dos 25 anos do PT. Não se entrou em debate se o projeto do Brasil ou do Governo do PT é divergente ao projeto do PSD, que acho que são dois partidos, que de certa forma, têm um projeto para o País. Aqui, Deputado Luiz Calixto, não estamos em debates se o projeto da Frente Popular se contrapõe ao projeto que V. Exa. defende, em apenas criticar sem propostas. Então, são idéias que não batem à nossa posição aqui nesta Casa, ou seja, de fortalecer a política, os partidos; as instituições comunitárias, populares e públicas, para a construção de uma Democracia plena. Com esse objetivo é que nós queremos aprovar este Requerimento. Da mesma forma eu acho que os outros partidos quando fizerem também têm que comemorar, inclusive o partido de V. Exa, apesar de eu não saber se o nobre Parlamentar ainda é do PDT, porque em seis anos V. Exa. trocou de vários partidos e não sei se sua proposta original ainda é trabalhista.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero compreender que a Mesa, para não ser indelicada, permitiu que se travasse um debate acerca de outros temas, fugindo completamente da discussão do Requerimento proposto pela Deputada Naluh. Eu quero me ater ao mesmo porque, às vezes, queremos colocar defeito nos outros e cometemos alguns equívocos.

Quando se propõe aqui, uma sessão para comemorar os 25 anos do Partido dos Trabalhadores, acho que isso deve ser encarado como algo muito positivo, porque na história do Brasil, o mais necessário, hoje, é consolidar a questão do processo democrático. Nós precisamos de partidos sólidos. Veja só o vexame que estamos vivendo no Congresso Nacional com o Severino Cavalcante, fruto da fragilidade dos partidos e das bancadas.

Ora, um partido pode comemorar 25 anos, o meu comemorou 83. Eu acho que nós temos que ver isso de forma muito positiva. O debate acerca da estruturação da democracia passa pelo fortalecimento dos partidos. Nenhum processo democrático vai adiante quando as pessoas trocam de partido como trocam de roupa, conforme a conveniência eleitoral. É bom reconhecermos as pessoas que são fiéis aos partidos, porque isso demonstra que elas têm princípio, que têm uma história. Mesmo com a modernização, você deve procurar atualizar seu partido, mas ter uma história para contar. Daí, a minha defesa pela aprovação do requerimento. Quiçá, todos

os Deputados desta Casa pudessem dizer assim: "Olha, nós estamos lutando aqui para consolidar os nossos partidos". No entanto, ainda temos uma fragilidade na nossa organização partidária, fruto do processo de construção da Democracia no Brasil. Neste sentido, acho muito importante que os partidos possam, não apenas festejarem os seus aniversários, mas fazer destas oportunidades um momento para que se discuta acerca da consolidação da Democracia no Estado e no País. Concedo um aparte à Deputada Nalu Gouveia.

Deputada NALU GOUVEIA (PT – EM APARTE) – Deputado Edvaldo, obrigada pelo aparte. Eu quero dizer que o meu Requerimento segue essa linha de raciocínio defendida pelo Senhor.

Gostaria de dizer que eu posso até fazer muitas críticas ao Deputado, Deputado Chagas, porém não posso deixar de admitir que ele é um homem partidário, assim como o Deputado Wagner Sales, com o qual tive muitas brigas.

Deputado Edvaldo Magalhães, eu também faço muitas críticas ao Senhor, mas reconheço a sua trajetória de vida dedicada ao PC do B, são mais de vinte anos. O Deputado Sérgio Oliveira que fez opção pelo PMN, achou que o partido devia ter seu próprio candidato, porque, naquele momento, era importante para o fortalecimento do PMN.

Eu assisti pela TV Senado e pela TV Câmara a sessão de homenagem ao Partido dos Trabalhadores. Eu vi vários Deputados e Senadores darem depoimentos belíssimos a respeito da época das Diretas e do Colégio Eleitoral. A nossa posição quanto ao Colégio Eleitoral foi clara, nós brigamos com vários partidos. Então, é com esse intuito que estamos colocando esse Requerimento. A democracia no País é nova, Deputado Edvaldo Magalhães, tanto eu que tenho 41 anos, como o Senhor que é mais novo, militávamos usando pseudônimos, o meu nome era Ane, inclusive nos documentos que mandamos para a Quarta Internacional.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Para concluir, longe de mim querer que esta sessão que vai acontecer nesta Casa, seja parar tolher o debate. Eu gostaria muito que nela se discutisse ideologia, se discutisse princípio, se discutisse posição partidária, pusilaminidade, essas coisas todas, mas acho que vai ser o momento para comemorarmos que, no Acre, o processo democrático está avançando. Portanto, encaminho, para não fugir do tema, o voto favorável ao Requerimento.

(Sem revisão do orador)

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu ainda não vi motivo para que alguns companheiros ficassem nervosos com o pronunciamento do Deputado Luiz Calixto que veio à tribuna e disse que votaria favorável ao Requerimento da Deputada Nalu. Inclusive, nós já fizemos um Requerimento com esse teor, para homenagear PPS, e o mesmo foi aprovado por todos os Deputados do PC do B. Isso só fortalece cada vez mais os partidos. Mas o Deputado Luiz Calixto falou o que todo mundo já sabe, V. Exa. só veio reafirmar aqui na tribuna, que têm pessoas do partido que administra o País, o nosso Estado e o município, que só estão no PT, Deputado Taumaturgo, por conta do Poder. Não é o caso da Deputada Nalu Gouveia. A Deputada Nalu é uma batalhadora, uma das fundadoras desse Partido e tantos outros Parlamentares.

Agora chamar o Geraldinho de traidor, de bandido, isso e aquilo outro, só porque não concorda com os desmandos do PT nacional e estadual, isso é inadmissível. Cadê o nosso direito de expor nossas idéias?

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT – EM APARTE) – Estou vendo que a discussão do Requerimento sobre a Sessão Solene, dos 25 anos do aniversário do PT está tomando outro rumo, porque a sessão que está sendo proposta pela Deputada Nalu Gouveia é para comemorar o aniversário do Partido dos Trabalhadores. É uma festa que poderia ser do PDT ou de outro

partido. Portanto, esse não é o momento, para se fazer essas críticas ao Partido dos Trabalhadores.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PPS – EM APARTE) – Pedi este aparte para me referir a algumas afirmações que foram feitas nesta tribuna, e que talvez, por falta, digamos, de coragem de citar o meu nome, ficam citando por cima, com aleivosia. Inclusive usaram o nome pusilaminidade, que quer dizer medroso, fraco. Eu troiei de partido exatamente por um motivo: para não me sentir desconfortável, como eu vejo muitos membros da bancada do Governo aqui. Têm casos de Deputados aqui que contam em todos os cantos desta Assembléia que votam com o Governo porque senão serão perseguidos. Que votam pelo Governo porque senão seus mandatos serão julgados pela Justiça Eleitoral. E ai eu tive a liberdade de sair, eu tenho princípios. Questionar quem mudou de partido? O Jorge Viana era da Arena, o Mâncio Lima foi secretário do PMDB, o Gilberto Siqueira era da turma do Flaviano. Que bobagem é essa? Eu mudei porque tive a liberdade e aqui todos conhecem o meu posicionamento, minhas posições, não vou pelo beiço, não. Então, Senhor Presidente, os petistas que merecem elogios, esses terão. Agora não me tire a liberdade de dizer as coisas que tenho para dizer, ou estarei mentindo, dizendo que o PT era uma coisa na Oposição e outra no Governo; que por qualquer motivo pedia uma CPI, e hoje trabalha contra as CPIs. Que votava contra o aumento de impostos e hoje o Presidente Lula é considerado o rei dos impostos e o Governador Jorge Viana também. Então, Senhor Presidente, meu querido companheiro Deputado Tarésio Medeiros acho que o PT nega sua origem, quando quer tirar a liberdade das pessoas de falarem. A não ser que eles façam um outro Requerimento, pedindo para eu não participar da Sessão.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS) – Deputado Edvaldo Magalhães, desculpe-me por não conceder o aparte, mas meu tempo encerrou. Esse debate é muito salutar, por isso que essa Casa é chamada de Parlamento. Nós, temos que divergir e não só concordar. Então, os companheiros Deputados, como citou o Deputado Luiz Calixto, que falam: "Rapaz, eu não posso falar isso; eu não posso votar, porque senão me tiram um cargo de DAS; não me dão aquela obra; não me dão aquele aluguel; vão me derrubar naquele município", devem se pensar seus mandatos, pois não é assim! Nós temos que vir aqui representar o povo que votou em nós.

Deputada Nalu Gouveia, tanto eu quanto os Deputados de Oposição, estaremos aqui prestigiando o seu partido. E queremos, sempre que puder, homenagear o PPS, o PC do B, o PDT, o PMDB, e tantos outros partidos que construíram a Democracia no nosso País.

(Sem revisão do orador)

Em votação, aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 44/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, "Solicitando ao Governador do Estado, para que junto ao Conselho Estadual de Educação preste informações sobre o cumprimento da Lei Federal n. 10.639, que obriga o ensino de História da Cultura Afro-brasileira nas Escolas da Rede Estadual de Ensino Fundamental e Médio".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Comunicamos ao plenário que a mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 45/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, "Solicitando ao Governador do Estado, para que junto ao Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, no prazo regimental preste as seguintes informações: 1. sobre os procedimentos de coleta de lixo doméstico, nos municípios acreanos; 2. Se os municípios atendem as regulamentações das Resoluções do Conselho Nacional do Meio

Ambiente – CONAMA; 3. Quais os procedimentos adotados pelo IMAC, para coleta de lixo doméstico e preservação ambiental, zelando pelo Meio Ambiente e pela saúde Pública”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – De acordo com a Resolução n. 219/2003, e atendendo ao Requerimento da Nobre Deputada Naluh Gouveia, iremos destinar parte da Explicação Pessoal, para que a Professora Elza Neves Lopes, Presidente do Sinteac, faça uso da tribuna e desta forma, nós estamos iniciando a Tribuna Popular, que é fruto do Requerimento apresentado pelo Deputado José Luis.

Pedimos a Deputada Naluh Gouveia que acompanhasse a Professora Elza ao plenário da Casa.

Professora ELZA NEVES LOPES (Presidenta do Sinteac) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, nós queremos, em primeiro lugar, agradecer e parabenizar a Assembléia Legislativa por essa iniciativa do Deputado José Luis, autor do projeto da Tribuna Popular. E hoje o Sinteac está inaugurando esse espaço, atendendo ao pedido que eu fiz à Mesa Diretora deste Poder.

Senhor Presidente, quero aproveitar esta oportunidade e fazer o lançamento da VI Semana Nacional de Educação, que é uma atividade da nossa Confederação Nacional de Educação. (LENDI)

Excelentíssimo Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço a generosidade desta honrada Casa, que abriu este espaço para que pudéssemos fazer o lançamento da Semana da Educação em nosso Estado.

Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre, é com extrema satisfação que represento esta entidade combativa, nesta Sessão Solene de abertura oficial da VI Semana Nacional em Defesa Educação Pública.

Caros Parlamentares, desde o mês de novembro, do ano passado, que aprovamos a Campanha de Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação. No dia 14 de janeiro, deste ano, a nossa confederação promoveu um ato público, na praça dos Três Poderes, em Brasília, com intuito de pressionar o Governo Federal a assumir essa agenda.

Afinal de contas, a dívida externa é ilegítima e impagável, tendo em vista que o débito beira a casa dos quinhentos e quarenta e cinco bilhões de reais, segundo dados disponibilizados pelo Banco Central. Para os Senhores terem uma idéia, somente no ano passado, foram retirados do orçamento da União, mais de setenta bilhões de reais para o pagamento de juros dos credores internacionais e aos serviços de amortizações da dívida pública.

Como consequência desta receita amarga, prescrita pelos burocratas de Brasília, os professores e o pessoal de apoio, que trabalham nas mais de cinqüenta mil escolas espalhadas pelos vinte e sete Estados da Federação, foram submetidos ao mais perverso sistema de arrocho salarial, as péssimas condições de trabalho e ao testemunho de presenciar o sucateamento do ensino público.

Mas com a implantação da política neoliberal do governo de FHC, muitos companheiros tiveram que se transformar em vendedores ambulantes de roupas, bijuterias e perfumes, para garantir com isso, uns trocados extras para ajudar no sustento da família. Sendo que as mulheres representam aproximadamente oitenta e três por cento desta força de trabalho, segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Não tenho dúvida em afirmar, com todas as letras, que o nosso País, acumula uma dívida histórica com a nossa categoria. Lamentavelmente, ainda ocupamos as piores posições em termos de salários, quando somos equiparados a países como o Uruguai, a Tailândia e as Filipinas, conforme divulgação dos últimos indicadores sociais da Unesco.

Por isso, Senhores Deputados, volto a fazer esta pergunta que continua entalada na garganta do povo brasileiro: é mais importante perpetuar esta política que transfere para os ricos do primeiro mundo, o resultado do trabalho coletivo de milhões de trabalhadores brasileiros ou utilizar esses recursos (na ordem de setenta bilhões de reais), para combater o analfabetismo, assegurar a universalização do ensino e a ampliação da oferta de vagas nas universidades públicas?

A aprovação do Plano Nacional da Educação estabelecia 7% do PIB, que por sinal foi vetado pelo governo de FHC, mas não derrubado no governo do companheiro Lula. Atualmente o Governo Federal destina para o financiamento da Educação a irrisória quantia de apenas 4,5% do nosso PIB. Contribuindo com isso, para a piora da qualidade do nosso ensino público.

Até o propalado Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), concedido com intuito de erradicar as desigualdades existentes nos Estados e Municípios, tornou-se instrumento de aumento deste abismo existentes. Afinal de contas, a implantação do Fundef sem aportes adicionais, a ausência de parâmetros definidos provocou a corrida pela municipalização do ensino público. A medida colaborou para aprofundar as dificuldades de acesso das camadas menos favorecidas da nossa sociedade à Educação Infantil e ao Ensino Médio. Em contrapartida, restou aos trabalhadores em Educação ao direito a formação e a carreira em abonos e subtração de direitos duramente conquistados com a promulgação da CLT.

Por conta destas experiências desastrosas, defendemos uma Educação pública que contribua para o desenvolvimento sócio-cultural e econômico do nosso País. Para alcançarmos este sonho, acreditamos que a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica-Fundeb, seria o primeiro gesto de boa vontade do Governo Lula para com a melhoria da qualidade do ensino público.

Temas como estes estarão sendo debatidos na VI Semana Nacional de Educação, no Congresso Nacional. Como também a proposta de conversão da dívida externa em melhorias para a qualidade do ensino. Por isso estamos fazendo o lançamento desta Semana, hoje, aqui, nesta Casa, porque queremos o envolvimento de todos os Parlamentares neste debate.

Então, dia 27 do corrente mês, em Brasília, na marcha Nacional dos Trabalhadores em Educação, nós entregaremos um documento ao Presidente Lula, para que este faça parte da sua agenda na discussão com os credores internacionais; para que essa dívida externa, não mais seja paga da forma como vem sendo feita, abocanhando a maior parte da dívida, que nós consideramos já paga; basta ver os recursos que eles já levaram do nosso país. E que se esses recursos fossem invertidos para a Educação iria melhorar muito os salários dos professores, a qualidade de ensino e a garantia para que mais alunos tivessem acesso ao ensino público. Então, é por esse motivo que nós queremos o envolvimento dos Senhores Deputados.

Nós estaremos também, no dia 27 de abril, colhendo assinaturas para anexar junto ao documento que será entregue ao Presidente Lula, para que mais pessoas da nossa sociedade se envolvam nessa causa.

Para finalizar, gostaria de agradecer, em nome do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, por ter nos concedido esse espaço e reforçar o convite aos Senhores Deputados, para que sejam nossos aliados nessa luta pela conversão da dívida externa em mais recursos para a Educação.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Esta Presidência parabeniza a professora Elza Neves Lopes, Presidenta do Sintec, pela brilhante explanação. O Sintec pode ter certeza que esse é o sentimento de todos nós acreanos e brasileiros, que o percentual do PIB brasileiro seja redirecionado para o nosso País e não para atender interesses internacionais, que infelizmente há 503 anos manipula o nosso País.

Enquanto 40% do nosso PIB é separado, aprovisionado para o pagamento do superávit primário, apenas 45% dele é investido em Educação.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, companheiras Elza e Rosana, eu quero, primeiramente, parabenizar o Deputado José Luis pela sua iniciativa, a qual teve o aval de todos os Deputados e Deputadas, e que é muito importante. Trata-se de concedermos um espaço para que as entidades, qualquer cidadão ou cidadã, possa se pronunciar nesta Casa por 10 minutos. Essa foi uma idéia muito boa e fico feliz de ser a primeira Deputada a citar uma entidade, e indico o Sindicato ao qual sou filiada, pago mensalmente e participo ativamente. Quero agradecer à companheira Elza, minha Presidenta, à companheira Rosana minha Diretora e dizer que estou muito feliz com a iniciativa do nobre Deputado.

Quero também parabenizar a CNTE. Eu tive a oportunidade de estar representando a Assembléia Legislativa no congresso da CNTE, onde juntamente com a delegação do Estado do Acre, com a Elza e várias companheiras e companheiros, inclusive o Vereador Márcio Batista, tivemos a oportunidade de reeleger a Jussara.

Eu queria que todos os Deputados percebessem o quanto que nós avançamos a nível de Sindicato. Imagina! Nós não estamos discutindo mais questões salariais, nós estamos nos reunindo com a Confederação Nacional, onde congregam todos os Sindicatos do Brasil, para discutirmos a conversão da Dívida Externa em recursos para a Educação. Está mais do que na hora de obtermos esses recursos, pois é inadmissível, Deputado Edvaldo, que neste País um bebê já nasça devendo.

O fato não é para ser tão comemorado, mas ficamos felizes de, no Governo Lula, termos dado um basta a esse pagamento, pelo menos por quanto. idéia é que todos esses juros e todas as conversões dessa dívida, sejam repassados como recursos para a Educação.

Deputado **UIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputada Naluh, na verdade, quero apenas elogiar o pronunciamento contundente da professora Elza, Presidente do Sindicato da Educação, muito embora o Brasil ainda não tenha sequer diminuído o montante das dívidas. O que o País fez recentemente foi sair da guarda do Fundo Monetário Internacional, mas ainda continuamos a pagar cerca de cento e oitenta milhões de reais de juros ao dia e quinhentos e quarenta bilhões ao mês. Quero elogiar também o autor desta proposta da Tribuna Popular, onde pessoas políticas, pessoas de destaque em nossa sociedade poderão vir aqui, se convidadas, expressar suas opiniões. Eu mesmo amanhã, vou fazer três Indicações para que a Presidência da Assembléia agende as datas e posso até citar os meus convidados. Convidarei Professor Helder da Universidade Federal do Acre, para falar sobre desenvolvimento sustentável, o empresário Narciso Mendes para falar sobre liberdade de imprensa e também um ex-Deputado Estadual para falar sobre desenvolvimento da Amazônia. Então, quero parabenizar a professora Elza pela exposição, apenas fazendo aquela ratificação de que o Brasil ainda paga cento e oitenta milhões de reais, por dia, de juros. E no mais parabenizar à Mesa por ter colocado logo em prática a Tribuna Popular. Muito Obrigado.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM APARTE) – Deputada Naluh, meu aparte é no sentido de registrar a minha alegria com o tema que a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação está pautando, na busca

de uma solução para o financiamento público do ensino do Brasil. Acho que é uma proposta ousada a conversão da dívida para investimento em Educação, isso demonstra que a nossa Confederação está olhando além. Quero registrar também o nosso contentamento com a presença da Elza, nossa Presidenta nesta Casa. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação tem uma tradição de combatividade no Estado do Acre, eu acho que o resultado disso está claro. A Deputada Naluh Gouveia, já foi presidente desse sindicato, assim como eu, o Vereador Márcio Batista, o Deputado Moisés Diniz, que presidiu o núcleo desse Sindicato durante mais de dez anos, e tantos outros companheiros. O Sindicato da Educação revelou grandes lideranças no nosso Estado, e a abertura da Tribuna Popular, com a presença do Sintec é a marca da importância desse Sindicato na construção da Democracia e da luta social neste Estado. Gostaria de dizer, inclusive, à nossa presidente Elza, que eu quero estar presente, em Brasília, durante esse Seminário.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Obrigada Deputado Edvaldo Magalhães pelo seu aparte, mas quero que além de V. Exa., eu e o Deputado Moisés Diniz possamos participar desta campanha lá em Brasília.

Somos professores, e como tais assumimos a nossa função com muito orgulho e queremos, sempre que possível, trazer a esta Casa debates que possam trazer melhorias aos trabalhadores em Educação. Portanto, fazemos questão de ter toda a garantia da Mesa Diretora de que iremos participar deste evento juntamente com os trabalhadores em Educação.

Gostaria de dizer, que fiquei muito feliz quando soube que a Jussara foi reeleita. Para quem não a conhece ela é professora lá no Estado do Rio Grande do Sul; sempre procurou dedicar-se às causas dos trabalhadores da Educação assim como as companheiras Elza Lopes, Almerinda Cunha e outras que também dedicam suas vidas a essa luta. Então, a Jussara lançou um livro em nove Estados do Brasil que mostra a identidade dos trabalhadores da Educação, é um livro belíssimo, que mostra a questão salarial, as doenças contraídas pelos trabalhadores em Educação, as felicidades, as tristezas, as desilusões dessa profissão, embora o volume seja pequeno. Ela é uma pessoa por quem eu tenho uma grande admiração, como também pelo Abigail, que até há pouco tempo era o nosso Presidente da Comissão de Educação, da Câmara Federal e dedicou e dedica a sua vida aos trabalhadores em Educação.

Gostaria de comunicar as professoras Elsa e Rozana, que quinta-feira, às 15h, nós vamos estar aqui na Assembléia Legislativa, trabalhando, discutindo, com todos os prefeitos do Estado do Acre, os Vereadores e Vereadoras, Presidentes das Câmaras de todos os municípios do nosso Estado; Presidente da Comissão da Educação, Deputados e Deputadas, o Presidente da UDIME, o Conselho Estadual de Educação, o Sintec, APEL, CODEP, todos os representantes dos núcleos municipais e a Secretaria de Estado de Educação, através do seu Secretário, para apresentarmos o que foi discutido aqui sobre os Planos Estadual e Municipal de Educação, os quais estão prontos. Alguns ajustes terão que ser feitos e a nossa idéia, Deputado José Luís, companheiras Elza e Rosana, é termos um dia para avaliarmos juntamente com todos os Presidentes, todos os Governantes e todos os Prefeitos as propostas que eles receberão nas Câmaras Municipais, na Assembléia Legislativa dos planos estadual e municipais. A idéia, Deputado Delorgem Campos, é tirar um dia para a votação dos planos. Pois quando a votação estiver acontecendo na Assembléia Legislativa, o mesmo esteja acontecendo nas Câmaras Municipais concomitantemente. Porque está na hora de darmos um basta a esses gestores, que muitas vezes, destroem todo o trabalho que outros construíram. Precisamos de gestores que dêem continuidade nos projetos iniciados. Então, essa é a proposta da Educação, ter uma lei unificada, a qual o gestor que estiver assumindo, terá que cumprir.

Pretendemos também, levar essa proposta para as Fundações Elias Mansour e Garibaldi Brasil, para que elas também tenham o seu plano desenal. Queremos que a Secretaria de Saúde,

também tenha o seu plano desenal, através do qual, independente do gestor, da gestora, nós tenhamos uma década de cumprimento da lei aprovada pela Assembléia Legislativa tanto na Educação quanto na Saúde, e os Prefeitos e as Secretárias e Secretários Municipais dos municípios terão que cumprir a lei aprovada pela Câmara.

Então, fica aqui o convite, para no auditório desta Casa, discutirmos juntamente com a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa e todos os Deputados e Deputadas esse plano. Essa discussão será belíssima, e esperamos que todos os Parlamentares estejam presentes.

Por último, gostaria de agradecer e parabenizar o Deputado José Luis, e agradecer a Elza Lopes e a Rosana, por estarem aqui. E podem ter certeza, que a representação desta Casa, através da minha pessoa, como também dos Deputados Edvaldo Magalhães e Moisés Diniz e de outros companheiros e companheiras, estarão nessa marcha do dia 27 deste mês, entregando esse documento e mostrando a participação do nosso Estado na luta pela causa da Educação.

(Sem revisão do orador)

Deputado RONALD POLANCO (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Naluh Gouveia, colega Elza, Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e sua assessora, parabéns pela exposição. Eu acho que a Assembléia Legislativa, Senhor Presidente, começa a ver que a sociedade está viva, e o Deputado José Luis, com muita habilidade e inteligência, conseguiu trazer isso para dentro deste Poder. Chegou a vez de ouvirmos o povo num debate aberto. A Assembléia Legislativa, hoje, tanto está recebendo os segmentos da sociedade, como está indo às bases.

Hoje, iremos nos deslocar, às quatro horas da tarde, para o município de Sena Madureira, onde vamos discutir com todos os setores daquela cidade, a interiorização da Universidade. Tivemos o apoio do Senador Sibá Machado, do nosso Segundo Secretário, Deputado Moisés, do nobre colega Deputado José Vieira e do Presidente Sérgio Oliveira, que tem uma base forte em Sena Madureira.

Vamos questionar lá o que o nosso Parlamentar, filho de Sena Madureira, José Vieira, sempre questiona aqui, em relação a interiorização do desenvolvimento de Sena Madureira, um município privilegiado, que tem quatro rios, estradas asfaltadas, um povo que eu acho que não é aquele que é mostrado muitas vezes aqui, tomando cachaça. Pelo contrário, eu acho que a elite toma muito mais cachaça e “outras coisitas mas”. E quem não tem o direito de tomar a sua cachacinha? Eu acho que todo mundo.

Mas nós estamos indo lá para ver a força do interior. O interior começou a ser visto com mais clareza, desde o Governo do Orleir Cameli. O Governo da Floresta sempre disse que precisávamos enxergar aquele caboclo que está nos altos rios, e eu vejo que o Parlamento começa a sentir isso. E a nossa ida tem este objetivo.

Na quinta-feira, Senhor Presidente, a Câmara Federal junto com a Assembléia estará promovendo um debate sobre a Lei Florestal, Gestão das políticas Florestais e a criação do Fundo Florestal Nacional. Eu acho que a Lei é um grande avanço, mas nós temos que ter a nossa posição.

Essa semana eu tive acesso a uma pesquisa da Universidade de Viçosa, onde é colocado que para cada real investido no setor florestal, há um retorno de aproximadamente R\$ 1,02, ou seja, é um setor altamente viável. E um dos poucos que alavanca a economia, interiorizando os seus resultados. Então, todos os Parlamentares estão convidados para participarem dessa iniciativa do Poder Legislativo que estará sendo realizada no auditório da Secretaria de Fazenda.

E para finalizar, Senhor Presidente, gostaria de dizer ao Deputado Luiz Calixto, de que nós não temos aqui, na Casa, nenhuma restrição a debates amplos. Eu sou do PT, mas o Poder Legislativo é amplo, ele jamais vai restringir qualquer espaço, ou aquilo que já está organizado. Eu tenho o meu pensamento sobre o modelo de sociedade quer desejo e acho que no interior de cada partido, no

interior de cada organização comunitária existe uma proposta. Agora, no seio das pessoas existem vontades que não são coletivas, são individuais. Porém, se tratando de entidades que representam os trabalhadores, os empresários, as Igrejas, enfim todos os setores, nós temos que respeitar. Quando V. Exa. coloca, já num tom de que nós vamos fugir, isso não é verdade. Nós não vamos fugir. O ex-Deputado Márcio Bittar, por exemplo, representa o PPS; nós aqui, Deputado Edvaldo Magalhães, podemos tranquilamente ouvir o que o PPS pensa sobre o Acre. Assim como a Universidade e outros órgãos. Agora, os ex-Parlamentares nós não podemos nem convidá-los?

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – Em Aparte) – Deputado Polanco, não vou me ater a este debate, o farei em outra oportunidade, mas me sinto lisonjeado em ter sido citado quatro vezes no seu pronunciamento e num deles, de forma muito irônica, desrespeitosa até. Talvez V. Exa. não se lembre, mas o nobre colega falou o seguinte: “No interior as pessoas não bebem só cachaça, viu Deputado Luiz Calixto? Usam outras coisitas mas”. Imagine, Deputado Polanco o que aquelas pessoas ali fora podem imaginar, quando V. Exa. olha para mim e se refere ao meu nome, como se eu participasse das rodadas de “coisitas mas”. Eu acho que V. Exa. se quiser, pode retirar essa frase do seu discurso. Talvez o nobre colega não tenha a intenção de me atingir, mas me considero ofendido com esse seu pronunciamento. Se lhe falta argumentos, se lhe falta consistência para terminar um discurso, que não cite o meu nome desta forma, porque aqueles que me conhecem, sabem do meu caráter, da minha personalidade e eu nunca vou me referir, colocando em dúvida um outro Deputado: “olha, V. Exa. sabe que os outros usam outras coisitas mas”. Retirar ou não é uma deliberação sua, mas queria lhe dizer, que eu não participo dessa elite que usa “outras coisitas mas”, eu não sou testemunha das rodadas e dos atos de “outras coisitas mas” e se V. Exa. tem conhecimento disso, que denuncie, que torne público, que não fique nos subterfúgios. Então, é muito fácil jogar um saco de penas e depois sair catando. Pegue o seu discurso novamente e faça uma reflexão e veja o tom em que V. Exa. se referiu a minha pessoa: “Viu, Deputado Luiz Calixto, essa elite?”. Eu não tinha nada a ver com o discurso, quer dizer, eu fui citado e alguém pode dizer que eu sou defensor da elite que usa outras “coisitas a mas” e eu não sei nem que “coisitas” são essas. Será droga?

Deputado RONALD POLANCO (PT) – Deputado Luiz Calixto, se V. Exa. interpretou nessa linha, eu lhe peço desculpas. Eu estou colocando que existe uma elite neste Estado que consome outras coisas e nós nunca denunciamos aqui. Eu não estou colocando que V. Exa. representa esse setor, de forma nenhuma e se o fiz peço desculpas e quero que retire essa frase do meu pronunciamento. Também não estou criticando os companheiros que estão nos altos rios, estou falando de uma elite, que historicamente sempre se beneficiou e articulou muita coisa aqui. Deputado Luiz Calixto, não leve para um debate pessoal. Eu tenho maior respeito pela sua inteligência, pela sua capacidade, mas não venha botar para o meu lado uma situação que eu não disse. Que eu não falei. Pelo contrário, tenho maior respeito pela posição, pela independência, pela capacidade que V. Exa. tem em conduzir aqui a Oposição.

(Sem revisão do orador)

Deputado JOSÉ VIEIRA (Líder do PFL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero agradecer a Assembléia e parabenizá-la pela realização, em Sena Madureira, do encontro para discutir a Universidade. É importante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta Casa continue com este propósito de levar às comunidades, às bases, discussões como esta. Um curso pode ser importante para determinada localidade, mas talvez não seja para outra. O que é importante para Sena Madureira pode não ser para Brasiléia ou vice-versa, e a Assembléia está discutindo isso, está levando o debate até a localidade para ouvir a população; isso é de

fundamental importância. É importante que a Assembléia não prometa aquilo que não possa fazer, mas da forma que está fazendo, discutindo, é muito bom, e só nos resta ficarmos felizes, porque as boas ações desta Casa, com certeza, só nos enaltece, até porque fazemos parte dela.

Recebemos o convite da Presidência desta Casa e do Reitor da Universidade, e quero agradecer e parabenizar a Mesa Diretora da Assembléia, ao Senhor Presidente Sérgio Oliveira e aos Deputados Polanco e Delorgem por essa iniciativa.

Muitas vezes as pessoas prometem levar um curso para uma determinada localidade sem saber as condições necessárias ou sem saber se realmente é aquilo que a população precisa ou quer. Portanto, agradeço a todos que se empenharam e principalmente ao Deputado Moisés Diniz que é o verdadeiro articulador dessa proposta. Tenho certeza que o seu objetivo, o objetivo desta Casa é levar o melhor para as comunidades de Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa.

Rogo a Deus que essa estada dos Senhores em Sena Madureira traga bons frutos, que seja um sucesso.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Não havendo mais oradores inscritos, encerramos a Explicação Pessoal, bem como a presente Sessão e convocamos uma Sessão Extraordinária para às treze horas e dez minutos.

25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 12 de abril de 2005

Presidência: Deputado SÉRGIO OLIVEIRA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSO SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA do PSDB; HÉLIO LOPES do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; ROBERTO FILHO do PTB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: TAUMATURGO LIMA do PT; HELDER PAIVA do PSDB; DINHA CARVALHO do PL; NOGUEIRA LIMA do PSC.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 3/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o art. 40 da Lei complementar n. 67, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Ensino Público Estadual”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 27/2005, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera o art. 16 da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004”.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, antes da leitura do Parecer, até para não atrasar a votação, eu gostaria que V. Exa.

concedesse dois minutos, para que os membros da Oposição tomassem conhecimento deste Projeto.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós já concedemos o tempo necessário, para que a Matéria pudesse ser apreciada. Então, eu queria sugerir que esse Projeto, de autoria da Mesa, entrasse em votação ordinária e não em sessão extraordinária. O importante é concluirmos a votação da Matéria dos Diretores.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos aos Senhores Parlamentares, que a Mesa Diretora retirou o Projeto de Lei n. 27/2005, da pauta de votação de hoje.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, a pedido dos Deputados Moisés Diniz, Pe. Valmir e Juarez Leitão, amanhã, às dez horas da manhã, o companheiro Iraílton, que é da gerência de cursos profissionalizante do Governo do Estado, virá a este Poder falar sobre os concursos que estão sendo oferecidos pela Escola da Floresta Roberval Cardoso e Escola de Serviços Campos Pereira. 34 vagas são destinadas para Brasiléia, Xapuri, Assis Brasil e Epitaciolândia e, 4 para Tarauacá, Jordão e Feijó.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dez minutos após o término desta.

26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 12 de abril de 2005

Presidência: Deputado SÉRGIO OLIVEIRA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSO SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA do PSDB; HÉLIO LOPES do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; ROBERTO FILHO do PTB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: TAUMATURGO LIMA do PT; HELDER PAIVA do PSDB; DINHA CARVALHO do PL; NOGUEIRA LIMA do PSC.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer Exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 3/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o art. 40 da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Ensino Público Estadual”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Taumaturgo Lima, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueiredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Taumaturgo Lima, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Taumaturgo Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Taumaturgo Lima, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.